

# Vulcabras Azaleia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>2</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas da Vulcabras Azaleia S.A.**

*Jundiaí - SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vulcabras Azaleia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Vulcabras Azaleia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os

princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.6, 16 e 17, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 198.214 originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. Consideramos o teste anual de *impairment* como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos também na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Incentivos fiscais - subvenções governamentais e redução do Imposto de Renda

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.3 e 3.1, os montantes de R\$ 111.548 e R\$ 7.257 relativos aos incentivos fiscais estaduais e federais, referentes ao ICMS e ao IRPJ respectivamente, são reconhecidos diretamente no resultado nas demonstrações financeiras consolidadas e são reconhecidos no resultado nas demonstrações financeiras da Controladora através do cálculo da equivalência patrimonial. Esses incentivos fiscais são relativos (i) ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de vários programas de Incentivo nos estados do Ceará, Bahia, e Sergipe, e (ii) a 75% da redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), com base no lucro das operações localizadas nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco da nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em função da relevância dos valores dos benefícios fiscais, quando comparado com o resultado das operações, e pelo rigor necessário ao cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos convênios, dentre elas, o atendimento das cláusulas específicas relativas às contrapartidas exigidas e a vigência dos respectivos programas, bem como em função da relevância e do processo de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os procedimentos de auditoria para as subvenções governamentais, incluíram entre outros, com auxílio de especialistas da área de impostos, o entendimento e testes nos cálculos para apuração dos benefícios, a análise da documentação para cumprimento das condições para fruição dos referidos incentivos fiscais, o confronto das receitas reconhecidas com os respectivos controles auxiliares, bem como a verificação da razoabilidade dos impostos sobre vendas e dos benefícios fiscais reconhecidos na rubrica de receitas, em comparação à receita líquida de vendas e serviços.

Os procedimentos de auditoria para fins do incentivo de redução do Imposto de Renda, incluíram entre outros, o entendimento e testes das principais atividades envolvidas no processo de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a análise dos procedimentos adotados na apuração da alíquota efetiva e do imposto devido, considerando a legislação vigente, testes para a conferência da metodologia de apuração do lucro da exploração, confronto das adições e exclusões temporárias e permanentes mais relevantes, procedidas pela Companhia e suas controladas na determinação do lucro real, com os correspondentes registros auxiliares.

Avaliamos também na adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores dos incentivos fiscais acima descritos registrados no resultado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 11 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.626	100.502	916	369
Aplicações financeiras	6	-	1.741	-	-
Contas a receber de clientes	7	467.384	326.522	-	-
Estoques	8	229.475	189.524	-	-
Impostos a recuperar	9	16.556	10.101	537	517
Imposto de renda e contribuição social	10a	4.591	2.528	121	116
Despesas antecipadas		4.453	5.961	11	11
Outros contas a receber		9.174	31.151	19	424
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>800.259</b>	<b>668.030</b>	<b>1.604</b>	<b>1.437</b>
Aplicações financeiras	6	2.510	3.920	2	2
Impostos a recuperar	9	8.155	4.877	1.770	2.509
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10b	301	125	-	-
Depósitos judiciais	11	41.384	42.165	730	841
Outros contas a receber		2.250	2.036	1.585	1.770
Despesas antecipadas		210	-	1	-
Bens destinados à venda		194	194	-	-
Investimentos	13	61.754	40.080	939.397	781.044
Propriedade para investimento	14	2.946	3.362	2.936	3.349
Imobilizado	15	195.003	152.647	165	171
Intangível	16	211.807	203.049	111	111
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>526.514</b>	<b>452.455</b>	<b>946.697</b>	<b>789.797</b>

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	18	58.004	58.242	420	450
Financiamentos e empréstimos	19	22.878	84.474	-	-
Impostos a recolher		7.342	5.822	99	-
Impostos a recolher - IRPJ e CSLL		-	-	-	212
Programa de recuperação fiscal - REFIS		128	128	-	-
Salários e férias a pagar		36.552	41.593	17	359
Provisões	20	50.344	53.115	449	566
Valores a pagar por aquisição de operação	1	61.627	-	-	-
Comissões a pagar		13.491	11.585	-	-
Outras contas a pagar		24.759	11.675	147	781
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>275.125</b>	<b>266.634</b>	<b>1.132</b>	<b>2.368</b>
Financiamentos e empréstimos	19	37.128	10.325	-	-
Mútuos com partes relacionadas	12	16.259	8.569	5.419	3.295
Provisões	20	30.668	24.370	491	1.177
Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	10b	3.298	3.747	-	-
Outras contas a pagar		637	1.084	-	-
Incentivos a pagar		22.196	21.183	-	-
Provisão para perdas com investimento	13	-	-	97	76
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>110.186</b>	<b>69.278</b>	<b>6.007</b>	<b>4.548</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	21	1.106.717	1.107.661	1.106.717	1.107.661
Reservas de reavaliação	21	6.401	7.273	6.401	7.273
Reservas de capital	21	641	-	641	-
Ajustes de avaliação patrimonial	21	1.990	(3.045)	1.990	(3.045)
Prejuízos acumulados		(174.587)	(327.571)	(174.587)	(327.571)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>941.162</b>	<b>784.318</b>	<b>941.162</b>	<b>784.318</b>
<b>Participações de não controladores</b>		<b>300</b>	<b>255</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>941.462</b>	<b>784.573</b>	<b>941.162</b>	<b>784.318</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>385.311</b>	<b>335.912</b>	<b>7.139</b>	<b>6.916</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>1.326.773</b>	<b>1.120.485</b>	<b>948.301</b>	<b>791.234</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Nota	Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita líquida de vendas</b>	22	1.248.963	1.263.082		-	-
Custo das vendas	23	<u>(800.360)</u>	<u>(780.719)</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>448.603</b>	<b>482.363</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas com vendas	24	(195.629)	(181.813)		-	-
Despesas administrativas	25	(91.182)	(77.153)	25	(5.389)	(7.504)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(3.780)	15.452	26	5.396	5.002
Resultado da equivalência patrimonial	13b	<u>1.768</u>	<u>1.844</u>	13b	<u>153.297</u>	<u>191.102</u>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>159.780</b>	<b>240.693</b>		<b>153.304</b>	<b>188.600</b>
Receitas financeiras		20.874	47.743		162	576
Despesas financeiras		<u>(27.063)</u>	<u>(97.343)</u>		<u>(1.354)</u>	<u>(262)</u>
<b>Despesas e receitas financeiras líquidas</b>	27	<b><u>(6.189)</u></b>	<b><u>(49.600)</u></b>	27	<b><u>(1.192)</u></b>	<b><u>314</u></b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre lucro</b>		<b>153.591</b>	<b>191.093</b>		<b>152.112</b>	<b>188.914</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10b	<u>(1.477)</u>	<u>(2.154)</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>152.114</u></b>	<b><u>188.939</u></b>		<b><u>152.112</u></b>	<b><u>188.914</u></b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>						
Acionistas controladores		152.112	188.914		152.112	188.914
Acionistas não controladores		<u>2</u>	<u>25</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>152.114</u></b>	<b><u>188.939</u></b>		<b><u>152.112</u></b>	<b><u>188.914</u></b>
<b>Resultado por ação</b>						
Resultado por ação ordinária - básico		<u>0,61895</u>	<u>0,96217</u>			
Resultado por ação ordinária - diluído		<u>0,61686</u>	<u>0,96217</u>			
<b>Quantidade de ações ao final do exercício</b>						
Ações ordinárias em circulação		<u>245.756.346</u>	<u>196.340.598</u>			
Ações ordinárias em circulação com efeito diluidor		<u>246.591.346</u>	<u>196.340.598</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstrações de resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>152.114</u>	<u>188.939</u>	<u>152.112</u>	<u>188.914</u>
<b>Outros resultados abrangentes - ORA</b>	<u>5.035</u>	<u>2.020</u>	<u>5.035</u>	<u>2.020</u>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	5.346	1.851	5.346	1.851
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	(311)	169	(311)	169
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>157.149</u>	<u>190.959</u>	<u>157.147</u>	<u>190.934</u>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	157.147	190.934	157.147	190.934
Acionistas não controladores	2	25	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora							
	Capital social	Reserva de reavaliação reflexa em controladas	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2017	565.913	8.165	-	(5.065)	(517.377)	51.636	226	51.862
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(892)	-	-	892	-	-	-
Acréscimo por subscrição ou integralização de capital	541.748	-	-	-	-	541.748	-	541.748
Outros resultado abrangentes								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	1.851	-	1.851	29	1.880
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	169	-	169	-	169
Lucro do período	-	-	-	-	188.914	188.914	-	188.914
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.107.661	7.273	-	(3.045)	(327.571)	784.318	255	784.573
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	-	(872)	-	-	872	-	-	-
Realização dos gastos com emissão de ações	(944)	-	-	-	-	(944)	-	(944)
Transação com pagamento baseado em ações	-	-	641	-	-	641	-	641
Outros resultado abrangentes								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	5.346	-	5.346	45	5.391
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	-	(311)	-	(311)	-	(311)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	152.112	152.112	-	152.112
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.106.717	6.401	641	1.990	(174.587)	941.162	300	941.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Vulcabras Azaleia S.A.**

(Companhia aberta)

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	152.114	188.939	152.112	188.914
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	58.233	55.835	419	419
Provisão para redução ao valor recuperável	4.047	-	-	-
Variação na provisão para perdas por valor recuperável no estoque	(10.703)	3.539	-	-
Valor líquido dos itens tangíveis e intangíveis baixados	2.254	12.036	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-	42
Variação na provisão para perdas com contingências	15.831	15.813	(499)	(543)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.768)	(1.844)	(153.297)	(191.102)
Transação com pagamento baseado em ações	641	-	641	-
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	2.439	6.184	-	-
Ganho por compra vantajosa	(13.589)	(6.913)	-	-
Encargos financeiros e variação cambial reconhecidos no resultado	8.057	33.327	-	-
Impostos diferidos	(625)	(185)	-	-
Participação de minoritário	(2)	(25)	-	-
	<b>216.929</b>	<b>306.706</b>	<b>(624)</b>	<b>(2.270)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Aplicações financeiras	3.151	2.660	-	-
Contas a receber de clientes	(118.501)	39.886	-	-
Estoques	21.938	(3.140)	-	-
Despesas pagas antecipadamente	1.298	(3.336)	(1)	2
Impostos a recuperar	4.337	(4.678)	714	(204)
Outras contas a receber	21.763	8.310	590	1.707
Depósitos judiciais	781	(3.112)	111	181
Fornecedores	(6.531)	3.634	(30)	(70)
Mútuos com partes relacionadas	1.373	-	-	-
Comissões a pagar	1.906	-	-	-
Incentivos a pagar	1.013	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	3.852	747	(113)	157
Salários e férias a pagar	(7.355)	6.007	(342)	37
Outras contas a pagar	(2.950)	(1.109)	(634)	622
Provisão para contingências utilizada	(12.304)	(16.714)	(304)	(651)
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(86.229)</b>	<b>29.155</b>	<b>(9)</b>	<b>1.781</b>
Juros pagos	(3.494)	(36.225)	-	-
Impostos pagos sobre o lucro	(1.661)	-	-	-
	<b>(5.155)</b>	<b>(36.225)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>125.545</b>	<b>299.636</b>	<b>(633)</b>	<b>(489)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisições de imobilizado	(94.568)	(61.712)	-	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	(24.966)	-	-	-
Aumento de capital em controladas	-	-	-	(453.644)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado	924	-	-	-
Aquisições de intangível	(2.236)	(809)	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(120.846)</b>	<b>(62.521)</b>	<b>-</b>	<b>(453.644)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Empréstimos tomados - Principal	53.264	70.052	-	-
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(87.642)	(509.603)	-	-
Recebimento (pagamento) de empréstimos com partes relacionadas	-	(255.150)	2.124	(87.248)
Reversão de dividendos	-	(754)	-	(8)
Realização do gasto com emissão de ações	(944)	-	(944)	-
Emissão de ações	-	541.748	-	541.748
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(35.322)</b>	<b>(153.707)</b>	<b>1.180</b>	<b>454.492</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(30.623)</b>	<b>83.408</b>	<b>547</b>	<b>359</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100.502	17.094	369	10
Efeito da conversão de caixa das investidas no exterior	(1.253)	-	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>68.626</b>	<b>100.502</b>	<b>916</b>	<b>369</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(30.623)</b>	<b>83.408</b>	<b>547</b>	<b>359</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Vulcabras Azaleia S.A.

(Companhia aberta)

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas</b>	<b>1.442.731</b>	<b>1.452.182</b>	<b>1.227</b>	<b>741</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.431.106	1.423.652	-	-
Outras receitas e despesas	14.386	33.242	1.227	741
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.761)	(4.712)	-	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(597.939)</b>	<b>(556.529)</b>	<b>(3.308)</b>	<b>(5.757)</b>
Matérias-primas consumidas	(348.207)	(321.491)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(83.921)	(93.969)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(165.768)	(141.002)	(3.308)	(5.757)
Perda/recuperação de valores ativos	(43)	(67)	-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>844.792</b>	<b>895.653</b>	<b>(2.081)</b>	<b>(5.016)</b>
<b>Retenções</b>	<b>(62.280)</b>	<b>(55.835)</b>	<b>(419)</b>	<b>(419)</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(62.280)	(55.835)	(419)	(419)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>782.512</b>	<b>839.818</b>	<b>(2.500)</b>	<b>(5.435)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>28.007</b>	<b>61.661</b>	<b>157.682</b>	<b>199.452</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.768	1.844	153.297	191.102
Receitas financeiras	20.764	47.582	163	576
Outras	5.475	12.235	4.222	7.774
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>810.519</b>	<b>901.479</b>	<b>155.182</b>	<b>194.017</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>810.519</b>	<b>901.479</b>	<b>155.182</b>	<b>194.017</b>
<b>Pessoal</b>	<b>434.733</b>	<b>428.791</b>	<b>787</b>	<b>3.922</b>
Remuneração direta	298.086	294.692	-	-
Benefícios	50.164	49.225	-	-
FGTS	22.731	20.970	-	-
Comissões sobre vendas e abatimento comercial	54.515	55.117	-	-
Honorários da diretoria	9.237	8.787	787	3.922
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>199.347</b>	<b>188.428</b>	<b>946</b>	<b>935</b>
Federais	150.508	154.720	946	935
Estaduais	48.262	33.529	-	-
Municipais	577	179	-	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>24.325</b>	<b>95.483</b>	<b>1.337</b>	<b>246</b>
Juros	19.915	93.203	1.336	247
Aluguéis	4.410	2.281	-	-
Outras	-	(1)	1	(1)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>152.114</b>	<b>188.777</b>	<b>152.112</b>	<b>188.914</b>
Juros sobre o capital próprio	-	(162)	-	-
Lucros retidos	152.112	188.914	152.112	188.914
Participações dos acionistas não controladores	2	25	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Vulcabras Azaleia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Jundiaí - SP, Brasil. As operações fabris estão concentradas nas controladas das unidades do Nordeste, nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe. Como controladora final, a Companhia possui ainda investimentos em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente, de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
  - Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.;
  - Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
  - Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
  - Vulcabras Azaleia Administración S.A. (situada na Argentina);
  - Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
    - Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
    - Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Calzados Azaléia Colômbia Ltda. e Calzados Azaléia Peru S.A.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Olk, Olympikus, Opanka e Vulcabras.
- Marcas de terceiros: Under Armour

#### 1.1 Combinação de negócios

Aquisição da Companhia Under Armour:

A partir de 1º de outubro de 2018, a Companhia obteve o controle sobre a entidade UA Brasil Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda. através da aquisição de 100% das quotas através da sua subsidiária Vulcabras Azaleia CE, alterando o nome da empresa para Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.

A entidade adquirida é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios da marca Under Armour no Brasil, e sua compra permitirá a Companhia aumentar sua participação de mercado e potencializar seu portfólio de marcas. O direito de distribuição dos produtos Under Armour produzidos em território nacional (pela Vulcabras ou terceiros) estão sujeitos à pagamentos de royalties para a Under Armour Brasil Licenciadora de Marca e Gestora de Ativos Ltda.

O valor da receita e do resultado desde a data da aquisição estão divulgados na nota explicativa 13.d.

Os custos incorridos na aquisição da Under Armour estão divulgados na nota explicativa 26.

**a. Contraprestação transferida**

O preço de compra final a ser pago em moeda corrente nacional, pela totalidade das quotas objeto, corresponde ao valor do patrimônio líquido ajustado da entidade na data do fechamento. O preço de aquisição a ser considerado foi de R\$ 94.126, que será pago mediante transferência conforme abaixo, e representa o valor justo na data de aquisição:

- 99% do preço de aquisição pagas à Under Armour Europe B.V. em nove parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data do fechamento do contrato;
- 1% do preço da aquisição pagas à Under Armour UK Limited em nove parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data do fechamento do contrato;
- O valor remanescente a ser pago pela operação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 61.626;

**b. Ativos transferidos e passivos incorridos**

Todos os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos transferidos em 1º de outubro de 2018, com base no melhor julgamento e estimativas da Administração, estão listados abaixo:

Em milhares de Reais	R\$
Caixa	7.534
Ativo circulante (-caixa)	92.756
Ativo não circulante	18.099
Passivo circulante	(24.263)
Patrimônio líquido	94.126

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias nas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **2.2 Base de mensuração**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS e BR GAAP, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia, conforme comentado na Nota 2.4. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### ***a. Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;

### ***b. Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - Estoques: reconhecimento de perdas com estoques sem movimentação.



- **Nota explicativa 10 b** - Impostos diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados
- **Nota explicativa 17** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio, principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Nota explicativa 20** - Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

### 3 Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social, das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, com exceção das mudanças nas principais políticas contábeis divulgadas no item 3.1 desse relatório.

#### 3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 (IFRS 15) e CPC 48 (IFRS 9) a partir de 1º de janeiro de 2018.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente a:

- reclassificação de abatimentos e descontos para deduções de vendas.

##### a. **CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente**

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

	<b>Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018</b>
<b>Lucros acumulados</b>	
Deduções da Receita Bruta	
Abatimentos e Descontos de Pontualidade	4.390
Despesas com Vendas	(3.328)
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	(1.062)
	<hr/>
Impacto em 1º de janeiro de 2018	<hr/> <hr/> -

A tabela a seguir resume o impacto da adoção do CPC 47 em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração de resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

*Impacto na demonstração do resultado consolidado*

	<b>Nota</b>	<b>Conforme apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Valores sem a adoção do CPC 47</b>
Receita operacional bruta	22	1.490.928	-	1.490.928
Devoluções e abatimentos	22	(241.965)	5.189	(236.776)
Custo das vendas	23	(800.360)	-	(800.360)
Despesas com vendas	24	(195.629)	(5.051)	(200.680)
Despesas administrativas	25	(91.182)	-	(91.182)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(3.780)	-	(3.780)
Resultado da equivalência patrimonial	13b	1.768	-	1.768
Despesas e receitas financeiras líquidas	27	(6.189)	(138)	(6.327)
Imposto de renda e contribuição social	10b	(1.477)	-	(1.477)
		<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>152.114</b>	<b>-</b>	<b>152.114</b>
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**b. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros**

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, como resultado da adoção do CPC 48 (IFRS 9) que exige que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado.

O CPC 48 (IFRS 9) elimina as categorias antigas do CPC 38 (IAS 39) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o pronunciamento, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 (IFRS 9) retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 (IAS 39) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 (IFRS 9) não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 (IAS 39) e as novas categorias de mensuração do CPC 48 (IFRS 9) para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Consolidado							
	31/12/2017 - IAS 39/ CPC 38			31/12/18 - IFRS 9/CPC 48			
	Empréstimos e recebíveis	Títulos ao valor justo por meio do resultado	Títulos mantidos até o vencimento	Custo amortizado	Custo amortizado	Títulos ao valor justo por meio do resultado (VJR)	Títulos ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA)
<b>Ativos financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	100.502	-	-	-	68.626	-	-
Aplicações financeiras	-	2.244	1.694	-	-	2.218	292
Contas a receber de clientes	326.522	-	-	-	467.384	-	-
Outras contas a receber	33.187	-	-	-	11.424	-	-
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	94.799	-	58.855	-
Fornecedores	-	-	-	69.827	58.004	-	-

- (i) O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 (IAS 39) agora são classificados ao custo amortizado.

### *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 (IFRS 9) substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 (IAS 39) por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Nos termos do CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 (IAS 39). Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 (IFRS 9) reduzam e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 (IFRS 9) em 1º de janeiro de 2018 não trouxe impacto para Companhia.

### *Transição*

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 (IFRS 9) foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável).

Sobre a adoção do CPC 48 (IFRS 9) com base em sua posição em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estimou que:

- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trouxeram impacto significativo em relação às classificações anteriormente adotadas de acordo com o CPC 38 (IAS 39);
- A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9); e
- Não houve impactos em 31 de dezembro de 2018 sobre a perda com créditos de liquidação duvidosa reconhecidas anteriormente de acordo com o CPC 38 (IAS 39). A Companhia elaborou a metodologia para definição de perda por redução ao valor recuperável de clientes de acordo com o CPC 48 (IFRS 9).

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

*b.1 Mensuração subsequente*

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

*b.2 Ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos*

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.
- (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- (c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados numa das duas categorias acima mencionadas devem ser mensurados e reconhecidos ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

**b.3 Passivos financeiros**

A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual deve ser aplicado o CPC 15.

**3.2 Combinação de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

**3.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

### 3.4 Receita de contrato com cliente

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 está descrito na nota explicativa 3.1.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

### 3.5 Benefícios a empregados

#### *a. Benefícios de curto prazo à empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### *b. Acordo para pagamento baseado em ações*

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

### 3.6 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

### 3.7 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- Receita de juros
- Despesa de juros
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

### 3.8 Impostos

#### a. *Impostos sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada estado e alíquota de 1,5% de contribuição previdenciária.

#### b. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### 3.9 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### 3.10 Imobilizado

#### (i) *Reconhecimento e mensuração*

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Da mesma forma, a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que venha a ser parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

#### (ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.



**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 15. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

**3.11 Ativo intangível**

**(i) Ágio**

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

**(ii) Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**(iii) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(iv) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(v) Amortização**

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua vida útil.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

### 3.12 Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível. Ver nota 14.

### 3.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Conforme determinações do CPC 01 (R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente, o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

### 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

### 3.15 Instrumentos financeiros

#### (i) Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Mensuração subsequente**

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.16 Capital social

#### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### *Dividendos*

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

### 3.17 Arrendamentos

#### (i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

#### (ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

#### (iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

### 3.18 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada como informação suplementar.

### 3.19 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nas metodologias de risco de liquidez, ver nota 29. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados à venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação ver nota 29.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

### 3.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

#### a. **CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia e suas controladas não finalizaram o teste e avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudanças até que a Companhia e suas controladas apresentem suas primeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

*Arrendamentos em que a Companhia são arrendatárias*

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações das lojas e escritório. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

*Transição*

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido com um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/ IFRS 16 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

A administração da Companhia já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 terão em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, baseando em avaliações realizadas até a data da emissão destas demonstrações financeiras e está resumida a seguir:

**Pagamentos mínimos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais**

	Consolidado
Até um ano	12.965
Entre um a cinco anos	17.294
Total	30.259

**Valor presente dos pagamentos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais (\*)**

	Consolidado
Até um ano	11.050
Entre um a cinco anos	14.690
Total	25.740

- (\*) Foi utilizada a taxa de financiamento habitacional divulgada pelo Banco Central do Brasil de dezembro/18 de 0,77% ao mês. Consideramos a média de todas as instituições financeiras. Utilizado internamente pela Companhia.

Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2019 podem ser diferentes, pois a Administração da Companhia não finalizou os testes e a avaliação das novas políticas contábeis e estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

**b. Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).

**4 Informações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	-	100,00	-
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	0,27	2,00	99,73	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia Administração S.A.	3,96	3,96	96,04	96,04	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	1,55	98,45	98,45	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	99,99	100,00	99,99	100,00
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calçados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

**a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação**

***Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados esportivos. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

***Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.***

A Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados, vestuários e acessórios esportivos. Iniciou suas atividades em 25 de julho de 2013 com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, sob a denominação de UA BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., sendo uma sociedade afiliada da Under Armour, Inc, tendo sido adquirida pela Vulcabras Azaleia CE em 01 de outubro de 2018.

***Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.***

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, esportivos. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

***Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.***

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções esportivas e botas de uso profissional. Iniciou suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

***Vulcabras Azaleia Administración S.A.***

Vulcabras Azaleia Administración S.A. foi constituída em dezembro de 2015. Não possui atividade operacional.

***Globalcyr S.A.***

A Globalcyr S.A. iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevideu, no Uruguai, e tem como objetivo social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente encontra-se com as suas operações paralisadas.

***Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

A Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., é uma indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

***Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

A Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados esportivos, calçados femininos e botas para uso profissional. Constituída em 3 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia.

***Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.***

A Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados femininos. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.



***Calzados Azaleia Peru S.A.***

A Calzados Azaleia Peru S.A. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado peruano. Adquirida no final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

***Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.***

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda. é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos e calçados femininos no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da Vulcabras Azaleia S.A. em 2000.

**b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos dos exercícios das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Os prejuízos entre as companhias que indicam uma redução no valor recuperável de ativos não são eliminados na consolidação;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Conta corrente	532	751	20	32
CDB pós fixados (Invest Fácil)	19.491	-	96	-
CDB pós fixados	43.861	19.620	800	337
Debêntures/Compromissada	-	4.452	-	-
Fundo de investimentos	-	74.166	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	4.742	1.513	-	-
	<b>68.626</b>	<b>100.502</b>	<b>916</b>	<b>369</b>

Conta corrente, são representados por depósitos bancários, sem a incidência de juros.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa (CDP pós-fixados), estão representadas por investimentos de curto prazo, possuem liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, independente do seu vencimento, sem perdas de seus rendimentos.

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (Invest Fácil) são realizadas automaticamente, conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia. A rentabilidade é de 10% a 40% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (10% em 31 de dezembro de 2017).

As debêntures compromissadas são aplicações de renda fixa, em que o banco vende um título de emissão dele ou sob sua custódia e se compromete a recomprá-lo a qualquer momento por uma taxa (%) do CDI acordada no momento da aplicação.

Os CDBs pós fixados (Certificado de Depósito Bancário), são remunerados de 98,0% a 100,0% do CDI (90,0% a 99,0% do CDI em 31 de dezembro de 2017)

Os fundos de investimentos são operações negociadas conforme taxa da cotação diária.

## 6 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras no país:				
CDB pós-fixados	-	2.244	-	2
Fundos de investimentos	2.218	-	2	-
Títulos de capitalização	-	1.723	-	-
Fundo de investimento em ações	292	1.694	-	-
	<b>2.510</b>	<b>5.661</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Circulante	-	1.741	-	-
Não circulante	2.510	3.920	2	2

As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa remuneram em média 85% do CDI (entre 90% e 99% do CDI em 31 de dezembro de 2017), não possuem liquidez, pois estão vinculadas às garantias em contratos de financiamento (BNB).

As ações estão disponíveis para a venda e avaliadas ao valor justo por meio de resultado abrangente. As mesmas foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

Os saldos de CDBs pós-fixados em 2017 estavam atrelados a garantias, portanto, não tinham liquidez diária e foram remunerados a taxas que variaram entre 90% e 99% a.a. do CDI.

As aplicações em títulos de capitalização em 31 de dezembro de 2017 estavam vinculadas às garantias em contratos de financiamento e foram mantidas até o vencimento.

## 7 Contas a receber de clientes

### a. Composição dos saldos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Contas a receber</b>		
No país:		
Clientes	466.342	322.540
No exterior:		
Clientes	34.185	34.330
Subtotal do contas a receber de clientes	500.527	356.870
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(33.143)	(30.348)
Total do contas a receber de clientes, líquido	467.384	326.522

### b. Por vencimento

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	159.816	134.996
31 a 60 dias	124.318	91.791
61 a 90 dias	102.616	47.129
Acima de 90 dias	72.935	37.507
	459.685	311.423
<b>Vencidos</b>		
1 a 30 dias	5.123	12.540
31 a 60 dias	1.138	920
61 a 90 dias	1.438	942
Acima de 90 dias	33.143	31.045
	40.842	45.447
	500.527	356.870

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria, comércio e do país do qual o cliente opera.

Detalhes sobre vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, estão na nota explicativa 32. A Administração entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 33.143 (R\$ 30.348 em 31 de dezembro de 2017) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c) abaixo.

**c. Critérios de mensuração das perdas com clientes (*impairment*)**

O critério adotado para a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foi baseado nos títulos vencidos há mais de 90 dias e, na análise individual do saldo de cada cliente. A provisão foi feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

A análise de concessão de crédito para o cliente é feita quando da realização do cadastro do mesmo no sistema da Companhia, para o qual existe a exigência da apresentação de toda a documentação necessária, inclusive demonstrativos financeiros, e referências comerciais. É reavaliado o limite de crédito a cada entrada de novos pedidos, em virtude da sazonalidade do mercado financeiro.

Como o critério anterior (de acordo com CPC 38 / IAS 39) adotado pela Companhia, para incorporação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são títulos vencidos há mais de 90 dias, o sistema de autorização de entrada de pedidos de vendas está parametrizado para bloquear a entrada de novos pedidos para clientes que se encontram nesta situação, portanto, não existe vendas para clientes com saldos na PECLD.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem a análise da dificuldade financeira relevante do devedor; uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal, mudanças adversas nas condições que indiquem que o cliente está com problemas de fluxo de caixa.

A Companhia avalia na data de cada fechamento contábil as variáveis que poderão incorrer em perdas para redução ao valor recuperável, que inclusive deterioram o fluxo de caixa.

O critério utilizado para a constituição de perdas com liquidação de crédito duvidosa é o mesmo para a carteira de clientes mercado interno e externo.

**d. Movimentação da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa**

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Saldo inicial</b>	(30.348)	(24.164)
Complemento de provisão (*)	(10.099)	(17.245)
Recuperação de provisões	7.304	11.061
<b>Saldo final</b>	<b>(33.143)</b>	<b>(30.348)</b>

(\*) Provisão adquirida em combinação de negócios sem impacto no resultado no valor de R\$ 356 em 31 de dezembro de 2018.

**e. Concentração da carteira**

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
<b>Cientes (partes não relacionadas)</b>				
Maior cliente	22.087	5%	15.453	4%
2º a 11º maiores clientes	106.938	21%	73.058	21%
12º a 50º maiores clientes	<u>75.692</u>	15%	<u>50.850</u>	14%
Outros clientes	<u>295.810</u>	59%	<u>217.509</u>	61%
Total da carteira de clientes	500.527	100%	356.870	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia julgou que os efeitos dos ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes são imateriais. O prazo médio de recebimento desses créditos é de aproximadamente 69 dias em 31 de dezembro de 2018 (60 dias em 31 de dezembro de 2017).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na notta 29.

**8 Estoques**

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	27.177	48.297
Mercadoria para revenda	97.194	29.107
Produtos em elaboração	19.743	18.829
Matérias primas	61.826	72.891
Material de embalagem e almoxarifado	21.174	18.833
Mercadorias em trânsito	2.032	211
Importações em andamento	<u>329</u>	<u>1.356</u>
	<u>229.475</u>	<u>189.524</u>

**a. Critérios de mensuração da provisão (*impairment*)**

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas e produtos em elaboração foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias. Nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa.

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 33.748 (R\$ 3.099 em 31 de dezembro de 2017), a provisão para perdas sobre matérias-primas é de R\$ 11.495 (R\$ 7.395 em 31 de dezembro de 2017) e a provisão para perdas de produtos em elaboração é de R\$ 6.896 (R\$ 7.650 em 31 de dezembro de 2017). O aumento do valor de perdas em produtos acabados decorre de provisão decorrente de aquisição de negócios.

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$688.563 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 707.089 em 31 de dezembro de 2017).

**b. Movimentação da provisão (impairment)**

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Saldo inicial</b>	(18.144)	(14.605)
Adições do exercício (*)	(47.153)	(3.038)
Reversão de provisão	13.158	(501)
<b>Saldo final</b>	<b>(52.139)</b>	<b>(18.144)</b>

(\*) Provisão adquirida de combinação de negócios sem impacto no resultado no valor de R\$ 44.698 em 31 de dezembro de 2018.

## 9 Impostos a recuperar

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
ICMS	11.349	4.295	20	20
IPI	608	1.622	-	-
PIS/COFINS	6.543	1.308	-	-
FINSOCIAL	2.324	3.063	1.770	2.509
Reintegra	530	515	-	-
Outros	3.357	4.175	517	497
	<b>24.711</b>	<b>14.978</b>	<b>2.307</b>	<b>3.026</b>
Circulante	16.556	10.101	537	517
Não circulante	8.155	4.877	1.770	2.509

## 10 Imposto de renda e contribuição social

**a. Imposto de renda- antecipação**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Imposto de renda - antecipação	4.591	2.528	121	116
	<b>4.591</b>	<b>2.528</b>	<b>121</b>	<b>116</b>

**b. Imposto de renda e contribuição social diferido**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Diferenças temporais no exercício</b>		
Reavaliação de imobilizado	(3.298)	(3.747)
Imposto de renda diferido - controlada no exterior	301	125
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>(2.997)</b>	<b>(3.622)</b>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	301	125
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(3.298)	(3.747)

As controladas no Brasil têm o valor de impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ 3.298 e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 301.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e correntes estão contabilizados no resultado consolidado. Conforme demonstrado a seguir: as alíquotas utilizadas na apuração do imposto foram de 34% no mercado interno e 3% de presunção no mercado externo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.477)	(1.902)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(252)
	<u>(1.477)</u>	<u>(2.154)</u>

**c. Prejuízos fiscais a compensar**

A Companhia e suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda diferidos. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais. A Companhia não registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

**Vulcabras Azaleia S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2018*

	31/12/2018								
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2018	391.127	627.105	128.212	74.316	243.762	255.189	23.973	145.005	1.888.689
Base negativa de contribuição social em 31.12.2018	1.158.285	638.466	128.310	74.316	276.549	255.189	23.973	147.120	2.702.208

	31/12/2017								
	Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Vulcabras Azaléia S.A	Total
Prejuízos fiscais apurados em 31.12.2017	403.915	616.105	124.732	74.648	240.836	19.997	144.450	144.450	1.624.683
Base negativa de contribuição social em 31.12.2017	1.162.518	627.466	124.830	74.648	273.623	19.997	146.564	146.564	2.429.646



A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

**d. Conciliação da alíquota de imposto efetiva**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>IRPJ / CSLL</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	154.619	191.093
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	52.570	64.972
Despesas não dedutíveis	1.500	1.169
Reintegra	(256)	(630)
Incentivos fiscais - estaduais (*)	(37.670)	(40.908)
Incentivo a inovação tecnológica	(8.403)	(9.530)
Efeitos cambiais	795	(3.240)
Incentivo de IRPJ	(7.257)	(14.096)
Ramos estrangeiros	(394)	1.779
Outros	592	2.638
	(51.093)	(62.818)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.477	2.154
<b>Taxa efetiva</b>	0,96%	1,13%

(\*) Vide descrição dos benefícios tributários na nota 31

## 11 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 20), conforme demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Depósitos judiciais				
Cíveis	662	222	205	122
Trabalhistas	32.755	32.884	417	615
Tributários	7.967	9.059	108	104
<b>Total</b>	<b>41.384</b>	<b>42.165</b>	<b>730</b>	<b>841</b>

### Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a pedidos de horas extras, férias, equiparação salarial, insalubridade, periculosidade e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista, depósitos em garantia e penhora online de parte dos valores contidos nos processos trabalhistas em execução.

### **Cíveis**

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações em geral por danos materiais e/ou morais, e também pedidos relacionados a supostos defeitos oriundos de fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

### **Tributário**

Os depósitos judiciais tributários referem-se às ações em que a Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS.

## **12 Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas na Argentina, Colômbia, Brasil e Peru.

Os contratos de mútuo são atualizados por taxa DI-CETIP.

### **a. Controladora e controladora final**

A principal controladora da Companhia é a Gianpega Negócios e Participações S.A. A parte controladora final é do Sr. Pedro Grendene Bartelle.

### **b. Transações com controladora**

As transações entre a controladora e suas controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representados:

	<b>Vulcabras Azaleia CE</b>	<b>Vulcabras Azaleia Administracion</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>				
Outros créditos com controladas	-	8	8	14
<b>Passivo</b>				
Mútuo com controladas	5.419	-	5.419	3.295
<b>Resultado</b>				
Resultado financeiro	(375)	1	(374)	191
<b>Total</b>	<b>5.044</b>	<b>9</b>	<b>5.053</b>	<b>3.500</b>

**c. Operações entre sociedades controladas**

***Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas***

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados a cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

	Vulcabras Azaleia RS	Vulcabras Azaleia Administração	Calçados Azaleia Colômbia	Calçados Azaleia Peru.	Vulcabras Azaleia S.A.	Vulcabras Distribuidora	Vulcabras Azaleia BA	Vulcabras Azaleia SE	Distribuidora Cruzeiro do Sul	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>											
Contas a receber	-	-	2.060	-	-	-	-	6	-	2.066	421
AFAC (*)	7.488	-	-	-	-	-	-	-	-	7.488	28.995
Outros créditos	-	204	-	-	-	82	2.564	429	-	3.279	2.382
Mútuos a receber	-	400	7.269	-	5.419	-	-	-	-	13.088	3.295
										<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Passivo</b>											
Contas a pagar	-	-	-	-	-	14	5.032	46	-	5.092	759
Outros débitos	1	-	-	-	-	-	17.439(**)	-	-	17.440	-
Mútuos a pagar	-	-	-	-	-	-	5.788	-	-	5.788	-
										<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Resultado</b>											
Resultado financeiro	-	330	665	-	375	-	(88)	-	-	1.282	(127)
Venda Intercompany	-	-	2.587	5.104	-	-	25.161	1.277	1.955	36.084	26.596
Compra Intercompany	-	-	-	-	-	(1.136)	(7.084)	(542)	-	(8.762)	(6.315)

A principal natureza das transações é a operações mercantil de compra e venda de calçados e confecções e Adiantamento para futuro aumento de capital.

(\*) Adiantamento para futuro aumento de capital já considerado no investimento.

(\*\*) Refere-se ao adiantamento a fornecedores por serviços prestados pela Vulcabras Azaleia CE à Vulcabras Azaleia BA.

**d. Remuneração da Administração**

Em 25 de abril de 2018, a Companhia em Assembleia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 9.471, a remuneração global anual dos Administradores. No exercício findo de 31 de dezembro de 2018, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 9.237 (R\$ 8.787 em 31 de dezembro de 2017).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não pagou a suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) remuneração baseada em ações.

**e. Outras transações com partes relacionadas**

A Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. através da sua controlada indireta Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui mútuo com a Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. no valor de R\$ 16.259 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 8.569 em 31 de dezembro de 2017). Esta transação é corrigida pela taxa fixa de 4% ao ano.

## **13 Investimentos**

**a. Composição do saldo**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Participações societárias permanentes:				
Em controladas	-	-	939.300	780.968
Em coligadas	61.754	40.080	-	-
<b>Total</b>	<b>61.754</b>	<b>40.080</b>	<b>939.300</b>	<b>780.968</b>

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 50% (33% em 31 de dezembro de 2017) na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 100% (100% em 31 de dezembro de 2017) na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3).

Em 17 de outubro de 2018 a Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. adquiriu 604.294.167 novas quotas, como resultado a participação acionária da Companhia na PARS Participações Ltda. aumentou de 33% para 50%.

O preço total certo e ajustado da compra das quotas foi de R\$ 6.317 liquidados da seguinte forma:

- R\$ 1.557 pago mediante compensação com débito apresentado pela vendedora por conta da compra e venda de mercadorias;
- R\$ 4.760 como objeto de assunção de dívida pela compradora decorrentes de mútuos celebrados pela vendedora.

No resultado a Companhia teve um impacto de R\$ 13.589 referente a ganho por compra vantajosa na operação.

**b. Movimentação dos investimentos**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldos iniciais	40.080	29.733	780.968	133.277
Equivalência patrimonial	1.768	1.844 (*)	153.297	191.102
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	5.346	1.851
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	-	-	(311)	169
Ganho por compra vantajosa	13.589	6.913(*)	-	-
 Aumento de participação em investida	 6.317	 1.590	 -	 454.569
 Saldos finais	 61.754	 40.080	 939.300	 780.968

(\*) Em 2017 houve reclassificação de Equivalência Patrimonial para Ganho por compra vantajosa.

**c. Dados sobre participações diretas - Controladora**

	<b>Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.</b>		<b>Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.</b>		<b>Vulcabras Azaleia Administración S.A.</b>		<b>Globalcyr S.A.</b>		<b>Total</b>	
	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>
Ativo total	1.184.036	974.646	23.085	19.316	581	930	1	20	-	-
Passivo total	244.683	193.930	4.828	3.249	764	692	5.837	4.920	-	-
Capital social	1.363.597	1.363.597	71.635	69.945	2.715	2.715	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	763.461	785.544	23.476	20.426	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	153.315	191.011	500	(10.547)	(426)	2.727	(89)	(86)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	247.178	247.178	200	200	1.983	1.983	10	10	-	-
Patrimônio líquido	939.353	780.716	18.257	16.067	(183)	238	(5.836)	(4.900)	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	100,00%	0,27%	2,00%	3,96%	3,96%	1,54%	1,54%	-	-
Participação societária permanente em controladas	939.348	780.714	49	321	-	9	-	-	939.397	781.044
Provisão para passivo para perda com investimento	-	-	-	-	(7)	-	(90)	(76)	(97)	(76)
Resultado de equivalência patrimonial	153.314	191.011	1	(13)	(17)	108	(1)	(1)	153.297	190.905

**d. Dados sobre as participações indiretas**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.:

***Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

31/12/2018	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras Azaleia SP, Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A.	PARS Participações Ltda.	Vulcabras Azaleia Administração S.A.
Ativo total	345.338	23.085	111.160	1	122.952	581
Passivo total	47.577	4.828	19.985	5.837	1	764
Capital social	486.339	71.635	444.984	1.056	36.116	2.715
Patrimônio líquido	297.761	18.257	91.175	(5.836)	122.951	(183)
Receita líquida	1.425	23.476	35.463	-	-	-
Resultado do exercício	33.804	500	(2.952)	(89)	3.535	(426)
Participação no capital social	100,00%	99,73%	100,00%	98,45%	50%	96,04%

31/12/2017	Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A.	PARS Participações Ltda.	Vulcabras Azaleia Administração S.A.
Ativo total	301.888	19.316	20	119.417	930
Passivo total	56.273	3.249	4.920	1	692
Capital social	480.299	69.945	1.056	36.116	2.715
Patrimônio líquido	245.616	16.067	(4.900)	119.416	238
Receita líquida	1.403	20.426	-	-	-
Resultado do exercício	45.610	(10.547)	(86)	8.164	2.727
Participação no capital social	100,00%	98,00%	98,45%	33,33%	96,04%

***Vulcabras Azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

31/12/2018	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calzados Azaleia Peru S.A.
Ativo total	322.177	74.238	9.228	14.561	37.842
Passivo total	64.332	45.647	8.772	15.012	5.004
Capital social	459.929	92.404	26.207	841	1.072
Patrimônio líquido	257.845	28.591	456	(451)	32.838
Receita líquida	344.453	79.523	18.951	19.415	62.929
Resultado do exercício	42.729	3.111	(3.790)	(2.191)	68
Participação no capital social	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

	Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. (*)	Calçados Azaleia de Colômbia Ltda.	Calçados Azaleia Peru S.A.
<b>31/12/2017</b>					
<b>Ativo total</b>	276.040	69.564	10.652	11.531	32.613
<b>Passivo total</b>	60.928	46.415	7.405	10.139	4.664
<b>Capital social</b>	459.929	90.074	25.207	841	1.072
<b>Patrimônio líquido</b>	215.112	23.149	3.247	1.392	27.950
<b>Receita líquida</b>	373.909	83.516	18.069	13.824	57.865
<b>Resultado do exercício</b>	57.339	1.587	(4.343)	(858)	2.557
<b>Participação no capital social</b>	99,99%	100,00%	99,99%	100,00%	99,11%

(\*) Participação indireta.

## 14 Propriedade para investimentos

### a. Composição da conta

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Imóvel	10.624	10.624	10.574	10.574
Depreciação (*)	(7.678)	(7.262)	(7.638)	(7.225)
<b>Total Geral</b>	<b>2.946</b>	<b>3.362</b>	<b>2.936</b>	<b>3.349</b>

(\*) A depreciação é calculada pelo método linear a taxa média anual de 4% (4% em 31 de dezembro de 2017), registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

### b. Movimentação da depreciação

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
Imóvel	(7.262)	(416)	(7.678)
<b>Total</b>	<b>(7.262)</b>	<b>(416)</b>	<b>(7.678)</b>

A Companhia possui um bem imóvel substancialmente destinado à aluguel na localidade de Jundiaí - São Paulo, com 40.994,00 m² de área construída e área comum, e seu respectivo terreno medindo 111.547,06 m² classificados como propriedades para investimento. O imóvel está avaliado pelo método de custo e o valor de justo conforme avaliação por empresas especializadas é de R\$ 67.400 (R\$ 75.000 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o imóvel auferiu receita de aluguel no montante de R\$ 4.222 (R\$ 4.106 em 31 de dezembro de 2017) - Nota 26, registrado em outras receitas operacionais, líquidas - Receita de Aluguel. As cláusulas quarta, sétima e oitava do contrato de aluguel contemplam obrigações de manutenção e reparo na estrutura do imóvel por parte da Companhia, onde esse montante é rateado proporcional a área alugada. Os custos decorrentes de manutenção e desgastes naturais são de responsabilidade das locatárias. A Companhia não efetuou mudanças estruturais no imóvel nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os bens da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e sua depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas descritas nas tabelas da Nota 15a. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A mensuração do valor justo das propriedades para investimento foi classificada como nível 3 com base nos *inputs* utilizados.

## 15 Imobilizado

### a. Composição da conta

Em 31 de dezembro de 2018

		Consolidado			
		31/12/2018		31/12/2017	
	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	126.647	(80.015)	46.632	49.575
Máquinas e equipamentos	10	343.117	(274.329)	68.788	50.517
Moldes	100	234.741	(216.358)	18.383	13.209
Móveis e utensílios	10 a 20	29.357	(22.159)	7.198	4.969
Veículos	20	2.198	(1.805)	393	252
Equipamentos de computação	20 a 25	26.040	(20.593)	5.447	2.756
Terrenos	-	3.490	-	3.490	3.490
Moldes em andamento	-	318	-	318	378
Obras em andamento	-	208	-	208	32
Instalações	10	86.915	(47.227)	39.688	23.251
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	89	(89)	-	-
Importações em andamento	-	2.076	-	2.076	2.849
Benfeitorias em propriedade arrendadas	20	3.212	(2.181)	1.031	49
Outros	10 a 20	2.374	(1.023)	1.351	1.320
		<b>860.782</b>	<b>(665.779)</b>	<b>195.003</b>	<b>152.647</b>



## b. Movimentação do custo

Em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado					
	31/12/2017	31/12/2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Edificações	125.911	54	-	-	682	126.647
Máquinas e equipamentos	319.134	11.234	(11.764)	24.513	-	343.117
Moldes	204.841	35.884	(5.528)	(456)	-	234.741
Móveis e utensílios	25.919	3.268	(223)	58	335	29.357
Veículos	1.994	214	(58)	-	48	2.198
Equipamentos de computação	22.136	3.539	(63)	26	402	26.040
Terrenos	3.490	-	-	-	-	3.490
Moldes em andamento	378	2.720	(716)	(2.064)	-	318
Obras em andamento	32	216	(32)	-	(8)	208
Instalações	65.791	21.129	(5)	-	-	86.915
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	-	89
Importações em andamento	2.849	21.304	-	(22.077)	-	2.076
Benfeitorias em propriedade arrendada	2.092	1.120	-	-	-	3.212
Outros	2.066	73	(121)	-	356	2.374
	<b>776.722</b>	<b>100.755</b>	<b>(18.510)</b>	<b>-</b>	<b>1.815</b>	<b>860.782</b>

Em 31 de dezembro de 2017

	Consolidado				
	2016	2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	125.872	39	-	-	125.911
Máquinas e equipamentos	325.236	8.992	(21.053)	5.959	319.134
Moldes	189.181	28.039	(12.379)	-	204.841
Móveis e utensílios	24.847	909	(65)	228	25.919
Veículos	1.972	109	(87)	-	1.994
Equipamentos de computação	21.088	1.210	(162)	-	22.136
Terrenos	4.106	35	(651)	-	3.490
Moldes em andamento	6.520	5.013	(7.187)	(3.968)	378
Obras em andamento	-	68	(36)	-	32
Instalações	48.579	8.247	(354)	9.319	65.791
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	-	89
Importações em andamento	-	8.782	-	(5.933)	2.849
Benfeitorias em propriedade arrendada	7.697	-	-	(5.605)	2.092
Outros	1.971	269	(174)	-	2.066
	<b>757.158</b>	<b>61.712</b>	<b>(42.148)</b>	<b>-</b>	<b>776.722</b>

## c. Movimentação da depreciação

Em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado					
	31/12/2017	31/12/2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo final
Edificações	(76.336)	(3.544)	-	-	(135)	(80.015)
Máquinas e equipamentos	(268.617)	(15.912)	10.200	-	-	(274.329)
Moldes	(191.632)	(29.478)	4.752	-	-	(216.358)
Móveis e utensílios	(20.950)	(1.271)	217	-	(155)	(22.159)
Veículos	(1.742)	(93)	57	-	(27)	(1.805)
Equipamentos de computação	(19.380)	(1.058)	62	-	(217)	(20.593)
Instalações	(42.540)	(4.687)	-	-	-	(47.227)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(2.043)	(138)	-	-	-	(2.181)
Outros	(746)	(186)	43	-	(134)	(1.023)
	<b>(624.075)</b>	<b>(56.367)</b>	<b>15.331</b>	<b>-</b>	<b>(668)</b>	<b>(665.779)</b>

Em 31 de dezembro de 2017

	Consolidado				
	2016	2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	(72.627)	(3.709)	-	-	(76.336)
Máquinas e equipamentos	(269.802)	(18.075)	19.260	-	(268.617)
Moldes	(175.624)	(26.532)	10.524	-	(191.632)
Móveis e utensílios	(19.690)	(1.318)	58	-	(20.950)
Veículos	(1.731)	(95)	84	-	(1.742)
Equipamentos de computação	(18.823)	(666)	109	-	(19.380)
Instalações	(34.267)	(3.537)	-	(4.736)	(42.540)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Benfeitorias em propriedade arrendada	(6.508)	(271)	-	4.736	(2.043)
Outros	(706)	(161)	121	-	(746)
	<b>(599.867)</b>	<b>(54.364)</b>	<b>30.156</b>	<b>-</b>	<b>(624.075)</b>

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

Anualmente a Companhia e suas controladas revisam a vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

## 16 Intangível

### a. Composição da conta

		Consolidado		Controladora	
	Prazo de vida útil	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Vida útil definida</b>					
Software	5 anos	33.009	29.746	-	785
Cessão de direito	Prazo contratual	625	544	-	-
Fundo de comércio	Prazo contratual	10.976	-	-	-
Amortização acumulada - Software	5 anos	(28.638)	(27.256)	-	(785)
Amortização acumulada - Cessão de direito	Prazo contratual	(519)	(357)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável (*)		(4.047)	-	-	-
Total		<b>11.406</b>	<b>2.677</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Vida útil indefinida</b>					
Marcas e patentes	Indefinido	2.187	2.158	111	111
Ágio (d)		198.214	198.214	-	-
Total		<b>200.401</b>	<b>200.372</b>	<b>111</b>	<b>111</b>
Total geral		<b>211.807</b>	<b>203.049</b>	<b>111</b>	<b>111</b>

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (software industrial) e despesas de vendas (cessão de direitos).

(\*) A provisão para redução ao valor recuperável está registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

## b. Movimentação do custo

Em 31 de dezembro de 2018				Consolidado			
				Adições	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2018
<b>Vida útil definida</b>	<b>Prazos de vida útil</b>	<b>Métodos de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>				
Software	5 anos	Linear	29.746	3.143	-	120	33.009
Cessão de direito	Prazo contratual	Linear	544	-	(1)	82	625
Fundo de comércio	Prazo contratual	Linear	-	10.976	-	-	10.976
<b>Vida útil indefinida</b>							
Marcas e patentes	Indefinida		2.158	29	-	-	2.187
Ágio			198.214	-	-	-	198.214
Total			230.662	14.148	(1)	202	245.011

  

Em 31 de dezembro de 2017				Consolidado			
				Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2017
<b>Vida útil definida</b>	<b>Prazos de vida útil</b>	<b>Métodos de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>				
Software	5 anos	Linear	29.248	588	(90)		29.746
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	88.061	194	(87.711)		544
<b>Vida útil indefinida</b>							
Marcas e patentes	Indefinida	-	2.131	27	-		2.158
Ágio	-	-	198.214	-	-		198.214
Total			317.654	809	(87.801)		230.662

## c. Movimentação da amortização

Em 31 de dezembro de 2018				Consolidado			
				Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2018
<b>Vida útil definida</b>	<b>Prazos de vida útil</b>	<b>Métodos de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>				
Software	5 anos	Linear	(27.256)	(1.344)	-	(38)	(28.638)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(357)	(106)	2	(58)	(519)
Total			(27.613)	(1.450)	2	(96)	(29.157)

  

Em 31 de dezembro de 2017				Consolidado			
				Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
<b>Vida útil definida</b>	<b>Prazos de vida útil</b>	<b>Métodos de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>				
Software	10 anos	Linear	(26.254)	(726)	43	(319)	(27.256)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(88.061)	(329)	87.714	319	(357)
Total			(114.315)	(1.055)	87.757	-	(27.613)

A Companhia e suas controladas registraram em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 4.047 (zero em 31 de dezembro de 2017) referente à impairment do fundo de comércio registrados no resultado em despesas administrativas.

**d. Ágio na combinação de negócio**

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias, contabilizado na controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC 01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme Nota 17.

**e. Pesquisa e desenvolvimento**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou no resultado, na rubrica “custo dos produtos vendidos”, montante de R\$ 37.731 (R\$ 31.925 em 31 de dezembro de 2017), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

**17 Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis**

**a. Tangíveis e intangíveis com vida útil definida**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 2018, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

**b. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 198.214 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O ágio apurado na aquisição do investimento é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

**c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Vulcabras Azaleia S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 2018, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa de 6,87% a.a. (7,72% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

#### ***Receitas***

O volume e o preço de venda foram projetados em base real (sem inflação) com base nas estimativas da Companhia e resultam em crescimento composto agregado (CAGR) de 4,05% a.a. (3,46% a.a. em 31 de dezembro de 2017) entre os exercícios de 2018 e 2028.

#### ***Custo***

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base nas estimativas da Companhia.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos.

#### ***Despesas***

As despesas variáveis de vendas foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos.

#### ***Lucro Líquido e Geração de Caixa Livre***

O Lucro Líquido resultante da aplicação das premissas acima cresce com uma taxa de crescimento composta (CAGR) de 8,55% a.a. (7,57% a.a. em 31 de dezembro de 2017) entre os exercícios de 2018 a 2028.

A Geração de Caixa Livre é então calculada usando-se projeções de investimentos e variações de capital de giro. Para a perpetuidade a taxa de crescimento utilizada é zero.

O valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 1.600 mil.

## 18 Fornecedores

### a. Composição da conta

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fornecedores</b>				
No país				
Diversos	54.454	52.017	420	450
No exterior				
Diversos	3.550	6.225	-	-
	<u>58.004</u>	<u>58.242</u>	<u>420</u>	<u>450</u>

### b. Por vencimento

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	47.631	48.918
31 a 60 dias	8.117	7.342
61 a 90 dias	1.392	1.651
Acima de 90 dias	783	140
	<u>57.923</u>	<u>58.051</u>
<b>Vencidos</b>		
1 a 30 dias	28	190
31 a 90 dias	12	1
61 a 90 dias	-	-
Acima de 90 dias	41	-
	<u>81</u>	<u>191</u>
	<u>58.004</u>	<u>58.242</u>

### c. Concentração da carteira

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
<b>Fornecedores (partes não relacionadas)</b>				
Maior fornecedor	5.459	9%	6.857	10%
2º a 11º maiores fornecedores	13.768	24%	13.300	19%
12º a 50º maiores fornecedores	10.906	19%	12.558	18%
Outros fornecedores	27.871	48%	25.527	53%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	<u>58.004</u>	<u>100%</u>	<u>58.242</u>	<u>100%</u>

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes. Considerando o prazo médio de pagamento desses passivos de aproximadamente 37 dias em 31 de dezembro de 2018 (37 dias em 31 de dezembro de 2017), os efeitos de ajustes a valor presente foram julgados imateriais e, portanto, não foram contabilizados no resultado, a exemplo do que ocorreu com os ativos circulantes e não circulantes.

## 19 Financiamentos e empréstimos

### a. Composição da conta

			<b>Consolidado</b>	
	<b>Taxa de juros 2018</b>	<b>Taxa de juros 2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Moeda nacional</b>				
Ativo fixo/ Incentivo fiscal	Taxa Fixa de 4,0% a.a./ IPCA + 2,04% a.a./ TJLP	Taxa Fixa de 4,0% a 7,5% a.a.; TJLP+5,0% a.a.	44.724	21.490
NCE - Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,2% a.a.	CDI + 1,47% a 2,38% a.a.	-	71.235
			<b>44.724</b>	<b>92.725</b>
<b>Moeda estrangeira</b>				
Financiamento de exportação				
ACC- Adiantamento de contrato de câmbio	Taxa Fixa de 3,42% a.a. a 3,89% a.a.	Taxa Fixa de 7,25% a 8,60% a.a.	15.282	-
Financiamentos de Importação				
FINIMP - Financiamento de Importação	7,26% a.a.	7,16% a 7,26% a.a.	-	2.074
			<b>15.282</b>	<b>2.074</b>
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>			<b>60.006</b>	<b>94.799</b>
Circulante			22.878	84.474
Não circulante			37.128	10.325

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2018</b>		<b>31/12/2017</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Circulante</b>	<b>22.878</b>	<b>38%</b>	<b>84.474</b>	<b>89%</b>
2018	-	0%	84.474	89%
2019	22.878	38%	9.567	10%
2020	2.791	5%	758	1%
2021	6.627	11%	-	0%
2022	5.938	10%	-	0%
2023	5.938	10%	-	0%
2024	5.938	10%	-	0%
2025	5.938	10%	-	0%
2026	3.958	6%	-	0%
<b>Não circulante</b>	<b>37.128</b>	<b>62%</b>	<b>10.325</b>	<b>11%</b>
<b>Total</b>	<b>60.006</b>	<b>100%</b>	<b>94.799</b>	<b>100%</b>

**b. A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldos iniciais</b>	<b>94.799</b>	<b>539.268</b>
Ingressos	53.935	70.052
Encargos	2.556	30.827
Variação monetária e cambial	(148)	480
Amortizações de principal	(87.642)	(509.603)
Pagamentos de juros	(3.494)	(36.225)
<b>Saldos finais</b>	<b>60.006</b>	<b>94.799</b>

**c. Avais e garantias**

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias, garantia fidejussória e aval de empresa controladora, hipoteca das plantas de Horizonte-CE e Itapetinga-BA e alienação de máquinas e equipamentos adquiridos com o financiamento..

**d. Cláusulas restritivas**

Alguns financiamentos contratados possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados e objetivos alçados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Essas cláusulas são controladas e foram plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos.

A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade ou que venha causar o não cumprimento das cláusulas restritivas.

**e. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio</b>	
	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Capital social</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>94.799</b>	<b>1.107.661</b>	<b>1.202.460</b>
<b>Variação fluxo de caixa de financiamento</b>			
Empréstimos tomados - Principal	53.264	-	53.264
Realização do gasto com emissão de ações	-	(944)	(944)
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(87.642)	-	(87.642)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(34.378)</b>	<b>(944)</b>	<b>(35.322)</b>
<b>Outras variações relacionadas com passivos</b>			
Juros pagos	(3.494)	-	(3.494)
Adições de Provin (sem efeito caixa)	671	-	671
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	2.408	-	2.408
<b>Total de outras variações relacionadas com passivos</b>	<b>(415)</b>	<b>-</b>	<b>(415)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>60.006</b>	<b>1.106.717</b>	<b>1.166.723</b>



## 20 Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária à divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e as classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

### a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	20.250	19.649	529	615
Trabalhistas	51.282	48.119	303	1.023
Tributárias	9.480	9.717	108	105
Total	81.012	77.485	940	1.743
Circulante	50.344	53.115	449	566
Não circulante	30.668	24.370	491	1.177

### b. Ações trabalhistas (Consolidado)

Referem-se, substancialmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, insalubridade, periculosidade, férias. O efeito da provisão para perda com ações trabalhistas é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

### c. Ações cíveis (Consolidado)

Referem-se, basicamente, a indenização por danos morais e materiais. O efeito da provisão para perda com ações cíveis é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas. Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

### d. Ações tributárias (Consolidado)

Referem-se a ações em que as empresas da Companhia e suas controladas são partes, envolvendo, principalmente, os seguintes tributos: IRPJ, COFINS, PIS e ICMS. O efeito da provisão para perda com ações tributárias é registrado em contrapartida do resultado na conta de outras despesas.

**e. Movimentação dos processos**

**Em 31 de dezembro de 2018**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>			
<b>Natureza</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversão</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Saldo final</b>
Cíveis	19.649	1.529	(551)	(377)	20.250
Trabalhistas	48.119	31.745	(16.662)	(11.920)	51.282
Tributárias	9.717	402	(639)	-	9.480
<b>Total</b>	<b>77.485</b>	<b>33.676</b>	<b>(17.852)</b>	<b>(12.297)</b>	<b>81.012</b>

**Em 31 de dezembro de 2018**

	<b>Controladora</b>				
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>			
<b>Natureza</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversão</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Saldo final</b>
Cíveis	615	35	(39)	(82)	529
Trabalhistas	1.023	1.598	(2.093)	(226)	302
Tributárias	105	4	-	-	109
<b>Total</b>	<b>1.743</b>	<b>1.637</b>	<b>(2.132)</b>	<b>(308)</b>	<b>940</b>

Em 31 de dezembro de 2017		Consolidado			
		31/12/2016	31/12/2017		
Natureza	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final
Cíveis	20.235	769	(91)	(1.264)	19.649
Trabalhistas	48.281	34.817	(19.705)	(15.274)	48.119
Tributárias	9.870	504	(481)	(176)	9.717
Total	78.386	36.090	(20.277)	(16.714)	77.485

  

Em 31 de dezembro de 2017		Controladora			
		31/12/2016	31/12/2017		
Natureza	Saldo inicial	Adições	Reversão	Pagamento	Saldo final
Cíveis	648	46	(37)	(42)	615
Trabalhistas	2.017	749	(1.225)	(518)	1023
Tributárias	272	6	(82)	(91)	105
Total	2.937	801	(1.344)	(651)	1.743

### **Contingências**

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, era como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Contingências</b>		
Cíveis	2.451	1.922
Trabalhistas	39.499	54.101
Tributárias	28.486	30.165
<b>Total</b>	<b>70.436</b>	<b>86.188</b>

## 21 Patrimônio líquido (Controladora)

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$ 1.106.717 (R\$ 1.107.661 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 245.756.346 (245.756.346 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal conforme demonstrado a seguir:

Em dezembro de 2018, o capital social da Companhia não sofreu nenhum aumento em relação ao valor originado da venda de ações. O custo consumido com a operação de emissão de ações em 25 de outubro de 2017 foi de R\$ 34.193 refletindo em um efeito da captação líquido de R\$ 541.748.

Em 16 de março de 2017, foi aprovado o grupamento da totalidade das 740.921.384 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12, da Lei nº 6.404/76.

Esse grupamento das ações de emissão da Companhia tem por finalidade o enquadramento da Companhia, em atendimento ao Ofício nº 3171/2015 - SAE enviado pela BM&FBovespa à Companhia em 22/10/2015, às novas disposições do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários e do Manual do Emissor da BM&FBovespa, em vigor a partir de 18/08/2014, que obrigam a manutenção nos mercados organizados pela BM&FBovespa de ações com valor de cotação superior a R\$1,00 (um real) por ação.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente, de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

### b. Reservas

#### **Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 6.401 (R\$ 7.273 em 31 de dezembro de 2017).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

### c. Reserva de capital

#### *Stock option*

##### *Aprovação do Plano*

Em 16 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções, no âmbito do Contrato de Outorga. O total de opções outorgadas nesta data foram 835.000 (oitocentas e trinta e cinco mil) opções, com preço de exercício unitário de R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), distribuídas entre os beneficiários eleitos. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

##### *Características do plano*

Plano de 2018	1ª Outorga
Data da outorga	16/jan/2018
Quantidade de opções outorgadas	835.000
Período de carência para o exercício ( <i>Vesting</i> )	3 anos
Vencimento para o exercício	31/mar/2021
Prazo máximo para o exercício	31/mar/2022
Preço de exercício	R\$ 9,50 <sup>(1)</sup>
Beneficiários (colaboradores)	24

- (1) O preço de exercício é fixado em R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção.

##### *Beneficiários*

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações os diretores (estatutários ou não), gerentes de divisão e funcionários da Vulcabras Azaleia S.A. e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto (Controladas), inclusive em relação a novas contratações, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

##### *Método de precificação*

O método utilizado para precificação das opções é o modelo de *Black-Scholes*, o qual utiliza as seguintes premissas básicas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

*Despesa do plano de opções*

Os montantes das amortizações registradas como despesa, nas demonstrações financeiras, em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, desde a data da outorga até 31 de dezembro de 2018, estão descritos a seguir (apresentado em reais):

<b>Plano</b>	<b>Preço de exercício</b>	<b>Data da outorga</b>	<b>Despesa acumulada 31/12/2018</b>
2018	R\$ 9,50	16/jan/2018	R\$ 640.501
		<b>Total</b>	<b><u>R\$ 640.501</u></b>

**d. Ajustes de avaliação patrimonial**

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: (i) alterações líquidas acumuladas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e (ii) ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 1.990 (R\$ 3.045 em 31 de dezembro de 2017).

## 22 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.355.942	1.334.845
Mercado externo	133.161	139.598
Serviços prestados	1.825	4.194
	<u>1.490.928</u>	<u>1.478.637</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(178.778)	(164.759)
Devoluções, abatimentos e desconto pontualidade	(63.187)	(50.796)
	<u>(241.965)</u>	<u>(215.555)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>1.248.963</u></b>	<b><u>1.263.082</u></b>

## 23 Custo das vendas e revendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Matéria prima	(281.941)	(305.031)
Mão de obra	(210.310)	(215.988)
Custo indiretos	(196.312)	(186.070)
Custo total de vendas	(688.563)	(707.089)
Revenda	(111.797)	(73.630)
Total custo das vendas e revendas	<b>(800.360)</b>	<b>(780.719)</b>

## 24 Despesas com vendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Comissões	(49.464)	(51.789)
Frete	(50.471)	(45.231)
Abatimento comercial (*)	-	(3.328)
PECLD	(2.741)	(4.720)
Propaganda	(59.022)	(48.760)
Royalties	(667)	(34)
Gastos com pessoal	(18.689)	(14.076)
Gastos fixos	(12.603)	(11.288)
Gastos semi-variáveis	(1.972)	(2.587)
	<b>(195.629)</b>	<b>(181.813)</b>

(\*) Em adoção ao IFRS 15 à partir de 01/01/2018 foi reclassificado o saldo de abatimento comercial para deduções da receita.

## 25 Despesas administrativas

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Gastos com pessoal	(46.304)	(46.134)	(1.475)	(3.926)
Serviços de terceiros	(15.903)	(11.123)	(2.570)	(2.479)
Aluguéis	(5.142)	1.744	-	3.669
Viagens e estadias	(1.637)	(1.207)	-	(1)
Segurança	(1.408)	(2.134)	(61)	(722)
Litígios e impostos	(1.651)	(1.679)	(494)	(575)
Informática e telecomunicação	(4.026)	(4.042)	(16)	(1)
Energia elétrica, água e esgoto	(971)	(3.079)	(10)	(2.347)
Manutenção, limpeza e meio ambiente.	(2.725)	(2.929)	(25)	(264)
Outros (*)	(11.415)	(6.570)	(738)	(858)
	<b>(91.182)</b>	<b>(77.153)</b>	<b>(5.389)</b>	<b>(7.504)</b>

(\*) Os valores mais relevantes são compostos pela depreciação R\$ 3.229 e amortização R\$ 4.430 (depreciação R\$ 2.610 e amortização R\$ 180 em 31 de dezembro de 2017).

## 26 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receita de aluguel	4.526	4.378	4.222	4.106
Provisão para contingências	(15.767)	(15.268)	495	633
Venda de sucata	1.444	1.765	-	-
Resultado líquido na venda de ativo fixo	113	(401)	-	-
PRT - Programa de regularização tributária	-	16.997	-	-
Outros (*)	5.904	7.981	679	263
	<u>(3.780)</u>	<u>15.452</u>	<u>5.396</u>	<u>5.002</u>

(\*) Os principais valores em 31 de dezembro de 2018 são compostos por R\$ 2.982 referente as despesas com aquisição da Vulcabras Azaleia SP, R\$ 3.678 referente a despesas de ICMS sobre outros produtos e R\$ 13.589 de receita pela variação na participação relativa no investimento da PARS Participações Ltda. ver nota 13.

## 27 Resultado financeiro

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Estrutura de capital				
Juros	(2.938)	(31.522)	(1.208)	(193)
IOF	(365)	(751)	(10)	(3)
Outros (**)	(3.912)	(7.388)	(121)	(14)
	<u>(7.215)</u>	<u>(39.661)</u>	<u>(1.339)</u>	<u>(210)</u>
<b>Operacionais</b>				
Tarifas bancárias	(5.546)	(7.380)	(8)	(7)
Desconto de pontualidade (*)	-	(3.095)	-	-
Descontos concedidos	(3.013)	(9.074)	-	-
	<u>(8.559)</u>	<u>(19.549)</u>	<u>(8)</u>	<u>(7)</u>
<b>Cambiais</b>	<u>(11.289)</u>	<u>(38.133)</u>	<u>(7)</u>	<u>(45)</u>
	<u>(27.063)</u>	<u>(97.343)</u>	<u>(1.354)</u>	<u>(262)</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Estrutura de capital				
Receita de aplicações	4.042	7.968	3	104
Atualizações monetárias	292	308	-	-
Outros	1.024	1.406	19	95
	<u>5.358</u>	<u>9.682</u>	<u>22</u>	<u>199</u>
<b>Operacionais</b>				
Juros	1.176	3.738	139	365
Descontos obtidos	229	52	-	3
	<u>1.405</u>	<u>3.790</u>	<u>139</u>	<u>368</u>
<b>Cambiais</b>	<u>14.111</u>	<u>34.271</u>	<u>1</u>	<u>9</u>
	<u>20.874</u>	<u>47.743</u>	<u>162</u>	<u>576</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>(6.189)</b></u>	<u><b>(49.600)</b></u>	<u><b>(1.192)</b></u>	<u><b>314</b></u>

(\*) Em adoção ao IFRS 15 a partir de 01/01/2018 foi reclassificado o saldo de desconto de pontualidade para deduções da receita.

(\*\*) O valor principal refere-se a comissões sobre financiamentos R\$ 2.838 (R\$ 6.442 e m 31 de dezembro de 2017)



## 28 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41. Em 16 de janeiro de 2018 foi aprovada a primeira outorga de ações do plano de Stock Option, o que facultou a Companhia poder emitir novas Ações no montante de 835.000 (oitocentos e trinta e cinco mil ações), com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que poderiam afetar a diluição do resultado por ações nos termos do CPC 41.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do resultado básico e diluído por ação.

	Consolidado Quantidade de ações ordinárias	
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado atribuível aos acionistas	152.112	188.914
Média ponderada básica das ações em circulação durante o exercício	245.756.346	196.340.598
Média ponderada diluída das ações em circulação durante o exercício	246.591.346	196.340.598
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	0,6189	0,9622
Resultado por ação diluído (lote de mil) - R\$	0,6168	0,9622

## 29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e empréstimos.

### Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia administra os riscos financeiros através do monitoramento de posições financeiras dos ativos e passivos, controlando os limites de exposição. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício divulgado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar a exposição, para definir limites e controles apropriados, monitorando os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia

As avaliações de seus instrumentos financeiros, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

### ***Risco de crédito***

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito pela possibilidade de não receber valores decorrentes do contas a receber de clientes ou de créditos junto a instituições financeiras.

A gestão de riscos da Companhia e de suas controladas adotam as seguintes práticas: (i) análise de créditos concedidos a clientes e estabelecimento de limite de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 4,4% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017; e (ii) seletividade das instituições financeiras, que são considerados pelo mercado como de primeira linha (maiores bancos por ativo do país), Bancos Estatais ou Agências Governamentais de fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo e diversificação de instrumentos financeiros de aplicações de recursos da empresa, que estão aplicados a uma cesta de indicadores composta por CDI, Taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

### ***Risco cambial***

#### ***Risco de preço***

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 5,13% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2018 (6,14% em 31 de dezembro de 2017), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço. Entretanto, a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural com ativos vinculados com risco de variação cambial.

#### ***Análise de sensibilidade***

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente, do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2018, com a variação positiva de 17,13% em relação à última cotação de 31 de dezembro de 2017.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tenta manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

<b>Moeda dólar (US\$ mil)</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ativos em moeda estrangeira (a)	11.251	15.515
Passivos em moeda estrangeira (b)	(4.860)	(2.502)
Superávit apurado (a-b)	<u>6.391</u>	<u>13.013</u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

1. cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 3,8748 em 31 de dezembro de 2018;
2. cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,9061; e
3. cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é reduzida em 50%, passando a R\$ 1,9374.

**Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado em 31 de dezembro de 2018**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário possível</b>	<b>Cenário remoto</b>
		Câmbio de	Câmbio de	Câmbio de
	US\$ 6.391mil	3,8748	2.9061	1,9374
Resultado financeiro	Queda do US\$	-	(6.191)	(12.382)

## **Risco de taxa de juros**

### **Análise de sensibilidade**

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-CETIP sobre as aplicações financeiras e da TJPL e IPCA sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essa taxa.

	Consolidado		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor Justo
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Ativos em CDI	48.963	48.963	100.413	100.413
Passivos em TJLP	2.320	3.364	2.918	2.918
Passivos em IPCA	35.779	45.786	71.235	71.235

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos, a Companhia apresenta abaixo os cenários de variação das Taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, DI-CETIP de 6,40% a.a. e TJLP de 6,98% a.a. e IPCA de 3,75% a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento ou redução de 25% sobre as taxas; (iii) cenário remoto, considerando um aumento ou redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base 31 de dezembro de 2018:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível - 25%	Cenário Remoto - 50%
Empréstimos em TJLP	Alta da TJLP	TJLP a 6,98%	TJLP a 8,73%	TJLP a 10,47%
		R\$ 0	R\$ 41	R\$ 81
Empréstimos em IPCA	Alta do IPCA	IPCA a 3,75%	IPCA a 4,69%	IPCA a 5,63%
		R\$ 0	R\$ 336	R\$ 673
Aplicações em CDI	Queda do CDI	CDI a 6,40%	CDI a 4,80%	DI a 3,20%
		R\$ 0	R\$ (783)	R\$ (1.567)

### **Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de liquidez de recursos, através de políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras com liquidez diária, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 19.

### *Composição dos saldos*

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão identificados a seguir:

Descrição	Classificação	Consolidado			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao custo amortizado	68.626	68.626	100.502	100.502
Aplicações financeiras					
CDB/Fundo de investimento	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.218	2.218	3.967	2.244
Fundo de investimento em ações	Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes	292	292	1.694	1.694
Contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	467.384	467.384	326.522	326.522
Outras contas a receber	Ativos financeiros ao custo amortizado	11.424	11.424	33.187	33.187
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	44.724	43.708	92.725	92.725
Em moeda estrangeira	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.282	15.147	2.074	2.074
Fornecedores	Passivos financeiros ao custo amortizado	58.004	58.004	69.827	69.827

### *Hierarquia do valor justo*

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações financeiras				
CDB/Fundo de investimento	-	2.218	-	2.244
Fundo de investimento em ações	292	-	1.694	-
Empréstimos e financiamentos	-	58.855	-	94.799

**Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

**Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

**Nível 3** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### ***Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)***

#### ***Aplicações financeiras***

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizadas na data de 31 de dezembro de 2018.

#### ***Contas a receber***

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

#### ***Empréstimos e financiamentos***

O valor dos empréstimos e financiamentos calculados na data de 31 de dezembro de 2018 são mensurados pelo custo amortizado, pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças significativas entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

#### ***Fornecedores***

Os fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável, até a data do balanço patrimonial.

#### ***Limitações***

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

#### ***Gestão do capital***

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Financiamentos, empréstimos e financiamentos incentivados	60.006	94.799
Caixa e equivalentes de caixa	(68.626)	(100.502)
Aplicações financeiras	(2.510)	(5.661)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(11.130)</b>	<b>(11.364)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>941.462</b>	<b>784.573</b>

### 30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2018 são resumidos a seguir:

<b>Seguros corporativos em reais</b>		
<b>Objeto</b>	<b>Risco coberto</b>	<b>Valor de cobertura</b>
Patrimonial	Incêndio, Vendaval, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Roubo, Alagamento, Equipamentos Eletrônicos.	195.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil geral de administradores	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	23.800
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	5.400
Transporte internacional - Importação	Limite por embarque - Mercadorias/Matéria prima	5.812
	<b>Total dos seguros corporativos</b>	<b>312.012</b>

## 31 Subvenções e assistência governamental

### Incentivos Federais

- **REDUÇÃO IRPJ** - Consiste no direito da redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, em conformidade com os critérios estabelecidos e ainda em conformidade com o regulamento dos incentivos fiscais. São considerados em condições onerosas atendidas, os empreendimentos em total modernização atualmente nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. São beneficiários do incentivo de redução de 75% do imposto de renda os empreendimentos instalados nos estados do Ceará, Bahia e Sergipe.

### Incentivos estaduais

#### *Para calçados*

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 99% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de calçados. Sob o valor de cada parcela do benefício, 1% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

#### *Para confecções*

- **PROVIN** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI), no qual consiste no diferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria exclusivamente de confecções. Sob o valor de cada parcela do benefício, 25% será pago uma única vez, tendo como data base de vencimento no último dia do mês, onde após 36 meses, o montante será devidamente corrigido, desde a data do desembolso até a data do vencimento, atualizados pela TJLP.

### Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PROVIN calçados e confecção o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças que não tenham similar no Estado do Ceará, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

- **PROBAHIA** - Consiste no programa de desenvolvimento da Bahia, com o intuito de diversificar e estimular a transformação dos processos industriais do estado. Tem como benefício o diferimento do ICMS sobre o total dos débitos apurados pela saída de mercadorias, onde se calcula um crédito presumido de 99% sobre o valor devido. Seu pagamento consiste em 1% do saldo devedor que deverá ser pago no mês subsequente ao da apuração do ICMS.

### Incentivos adicionais

Tem como adicional ao PROBAHIA o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.



- **PSDI** - É um programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial de Sergipe (FDI), no qual consiste no diferimento de 75% do valor apurado de ICMS, que incide sobre produção própria e com carência de 15 anos para pagamento dos 25% restantes, sem correção monetária.

#### **Incentivos adicionais**

Tem como adicional ao PSDI o diferimento do ICMS nas importações de matérias primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquotas nas compras de bens de capital.

- **PCDM** - É um programa de incentivo às centrais empresariais de distribuição de mercadorias (PCDM), no qual consiste na redução de 75% do valor do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente sobre as operações de saídas interestaduais de mercadorias. Exclui-se do objeto desse instrumento, o ICMS retido de terceiros pela empresa, em função do regime de substituição tributária.

#### **Incentivos adicionais**

Tem como adicional ao PCDM o diferimento do ICMS incidente: Na importação de mercadorias do exterior para saídas subsequentes, importação do exterior e de outros Estados, de bens para integrar o ativo fixo.

<b>Demonstrativo das Subvenções Governamentais</b>			
<b>Controlada</b>	<b>Incentivo Estadual</b>	<b>%</b>	<b>Prazo de Vencimento</b>
<b>Vulcabras Azaleia CE, Calç. e Art. Esp. S.A.</b>	Provin Calçados	99%	Ago/2021
<b>Vulcabras Azaleia CE Calç. e Art. Esp. S.A.</b>	Provin Confecções	75%	Jun/2022
<b>Vulcabras Azaleia BA Calç. e Art. Esp. S.A.</b>	Probahia	99%	Jul/2027
<b>Vulcabras Azaleia SE Calç. e Art. Esp. Ltda.</b>	PSDI	75%	Jun/2029
<b>Vulcabras Distr. Art. Esp. Ltda.</b>	PCDM	75%	Dez/2022

<b>Demonstrativo das Subvenções Governamentais</b>			
<b>Controlada</b>	<b>Incentivo Federal</b>	<b>%</b>	<b>Prazo de Vencimento</b>
<b>Vulcabras Azaleia CE, Calç. e Art. Esp. S.A.</b>	Redução IRPJ	75%	Dez/2025
<b>Vulcabras Azaleia BA Calç. e Art. Esp. S.A.</b>	Redução IRPJ	75%	Dez/2026
<b>Vulcabras Azaleia SE Calç. e Art. Esp. Ltda.</b>	Redução IRPJ	75%	Dez/2027

#### **a. Consolidado**

O montante dos incentivos fiscais estaduais e federais, referentes ao ICMS e ao IRPJ respectivamente, são reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

			<b>Resultado da equivalência patrimonial na controladora</b>	
<b>ICMS</b>				
<b>Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas</b>	<b>Montante do incentivo no consolidado</b>	<b>% Participação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	65.466	99,99	65.459	71.460
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	42.593	100,00	42.593	45.541
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	2.736	100,00	2.736	3.310
	<u>110.795</u>		<u>110.788</u>	<u>120.311</u>
			<b>Resultado da equivalência patrimonial na controladora</b>	
<b>Reintegra</b>				
<b>Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas</b>	<b>Montante do incentivo no consolidado</b>	<b>% Participação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	309	99,99	309	799
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	271	100,00	271	645
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	173	100,00	173	407
	<u>753</u>		<u>753</u>	<u>1.851</u>
			<b>Resultado da equivalência patrimonial na controladora</b>	
<b>IRPJ</b>				
<b>Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas</b>	<b>Montante do incentivo no consolidado</b>	<b>% Participação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	7.257	99,99	7.257	12.633
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	100,00	-	1.463
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	100,00	-	-
	<u>7.257</u>		<u>7.257</u>	<u>14.096</u>

## 32 Informação por produtos e área geográfica

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas		
Calçados esportivos	946.123	993.409
Calçados femininos	192.329	178.882
Outros calçados e outros	68.952	67.667
Confecções	41.559	23.124
	<u>1.248.963</u>	<u>1.263.082</u>
 Mercado interno	 1.117.435	 1.122.236
Mercado externo	<u>131.528</u>	<u>140.846</u>
	<u>1.248.963</u>	<u>1.263.082</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativos não circulantes no mercado externo e interno a partir de:</b>		
Brasil	517.319	444.479
Outros países	<u>9.195</u>	<u>7.976</u>
 Total	<u>526.514</u>	<u>452.455</u>

\* \* \*

## Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle – Presidente

André de Camargo Bartelle -1º Vice-Presidente

Pedro Bartelle - 2º Vice-Presidente

Hector Nunez – Conselheiro

Roberto Faldini - Conselheiro Independente

### **Composição do Conselho Fiscal**

Benedito Alfredo Baddini Blanc - Presidente do Conselho

Carlos Gardel José de Souza - Conselheiro

Marcello Joaquim Pacheco - Conselheiro

### **Composição da Diretoria**

Pedro Bartelle – Presidente

Wagner Dantas da Silva - Diretor Administrativo e Financeiro

Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial

Rafael Carqueijo Gouveia - Diretor Comercial e de Operações Corporativas

Márcio KremerCallage - Diretor de Marketing

### **Diretor de Relações com Investidores**

Pedro Bartelle

### **Responsável técnico**

Manoel Damião da Silveira Neto  
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP